



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638655 - SC (2021/0001482-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SONIA CATARINA MAIA T OLIVEIRA (PRESO)
OUTRO NOME : SONIA CATARINA MAIATE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SONIA CATARINA MAIA T OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Processo n. 5038490-65.2020.8.24.0000)

A paciente foi presa em flagrante pela suposta prática dos crimes de lesão corporal leve, injúria, ameaça e desobediência, crimes previstos nos arts. 129, 140, 147, 330 e 331, todos do Código Penal. Posteriormente, foi concedida sua liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere.

A impetrante sustenta que, ao conceder a liberdade provisória da paciente, o magistrado de primeiro grau não poderia ter decretado de ofício medidas cautelares diversas, já que o Ministério Público entendeu pela desnecessidade de tais medidas.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem com o fim de revogar as medidas cautelares alternativas à prisão fixadas no presente caso. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente